



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

P. M. JUINA
Fls. 60
Rub.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 267/2019;
INTERNAÇÃO DE DEPENDENTE QUÍMICO;
NITSAS LORRAINE SOUZA CIESLIK;
CUMPRIMENTO DE LIMINAR JUDICIAL;
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE: REQUISITANTES;
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO: SOLICITANTE;
DISPENSA DE LICITAÇÃO: ASSUNTO.

Vistos etc...

Cuida-se de consulta oriunda do Secretário Municipal de Administração e Finanças do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, MARCELO ANTÔNIO ALVES GARCIA, no sentido da possibilidade ou não de dispensa de licitação para a contratação de clínica especializada para internação e tratamento da paciente dependente química, NITSAS LORRAINE SOUZA CIESLIK, para cumprimento do Mandado Judicial, em caráter Liminar, referente aos autos do Processo Judicial n.º 1000568-77.2019.8.11.0025, em trâmite no Juizado Especial Civil e Criminal da Comarca de Juína-MT, consoante requisição e informações prestada pelo Comunicado Interno n.º 103/2019 - Coord. Compras, datado de 16 de Outubro de 2019, da Secretária Municipal de Saúde, já encartado as fls., dos autos.

Inicialmente, segundo o pelo Comunicado Interno n.º 103/2019 - Coord. Compras, o Mandado Judicial juntado aos autos, do presente procedimento, trata-se de procedimento de internação voluntária de dependente química, com cumprimento da ordem em até 10 dias, a contar da data de 02 de outubro de 2019. Contudo tal processo chegou ao Departamento de Compras no dia 07 de outubro de 2019 que, imediatamente, deu início as providências, com o agendamento da passagem para o dia 16 de outubro de 2019. Porém para cumprir com os ritos burocráticos do processo e a celebração do contrato entre o Município e a Empresa a ser contratada foi necessário que se junte todos os documentos exigidos para o processo de Dispensa de Licitação, o que foi possível somente na presente data.

Como registrado acima, a referida contratação de uma empresa especializada na recuperação de dependentes químicos faz-se necessária para cumprimento de Mandado Judicial, em caráter Liminar, referente aos autos do Processo Judicial n.º 1000568-77.2019.8.11.0025, em trâmite no Juizado Especial Civil e Criminal da Comarca de Juína-MT, para a internação da paciente, NITSAS LORRAINE SOUZA CIESLIK. O tratamento será realizado pelo período de 9 (nove) meses, podendo ser prorrogado por mais 3 (três), tudo para fins de amadurecimento e/ou mudanças necessárias ao seu regresso a sociedade. Sendo que a paciente terá direito a 4(quatro) refeições diárias, ou conforme orientação nutricional, e toda medicação



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

P. M. JUÍNA
Fls. 01
Rub. <i>[assinatura]</i>

relacionada ao uso de substâncias químicas, atendimento psicológico, Médico clínico, Médico Psiquiatra, Enfermeira, Nutricionista, Prof. De Educação Física, Professor de Arteterapia, bem como espaço de lazer com campo de futebol e piscina.

Das informações acima, Senhor Secretário, vislumbra-se, no presente caso, que a emergência não foi ocasionada por ausência de planejamento quanto a contratação da clínica especializada para internação e tratamento da paciente, NITSAS LORRAINE SOUZA CIESLIK, mormente considerando que essa refere-se a cumprimento de decisão liminar, não havendo tempo hábil para a Municipalidade realizar um processo de licitação no presente caso, pelas modalidades normais.

Desta feita, diante dos fatos, esta Procuradoria Geral, após análise dos documentos que lhe foram trazidos, considera que o objeto da contratação emergencial por si só já descreve a hipótese constante na legislação em vigor, onde de forma clara e objetiva enquadra-se nas condicionantes necessárias para que seja efetuada a contratação direta pela dispensa constante no artigo 24, inciso IV, da Lei Federal n.º 8666/93 e legislações posteriores, assim previsto. *Vide:*

"Art. 24. É dispensável a licitação:

(...);

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;" (GRIFO NOSSO).

É visível que se a Administração não contratar a clínica especializada para a internação e tratamento da paciente, certamente, terá como consequência danos de natureza irremediável e irreparável, bem como será imposto aos cofres públicos multas pecuniárias diárias de grande vulto, isso sem falar de outras consequências jurídicas processuais a ser imposta a Municipalidade e seus Agentes, de caráter civil e penal.

Como pressuposto à contratação direta, temos que está sobejamente demonstrada de modo concreto e efetivo a potencialidade do dano, pois não se trata de urgência simplesmente teórica, pois vislumbra-se uma situação concreta existente. Como se vê, o problema reside na impossibilidade de se aguardar o tempo necessário à realização da modalidade normal e adequada de licitação. Quanto ao outro pressuposto, entendemos que também está demonstrado. A contratação direta é a via adequada e efetiva para eliminar o risco, ou seja, está exposta a relação de causalidade no sentido de que uma vez ausente à contratação o dano ou danos são quase certos.

Inobstante, adverte esta Procuradoria Geral, que na contratação deve ser observado o preço de mercado, assim como precedida de, no mínimo, 3 (três)



MUNICÍPIO DE JUÍNA

PODER EXECUTIVO

ESTADO DE MATO GROSSO

P. M. JUÍNA
Fls. 62
Rub. 

pesquisas de preços em empresas do ramo (SE HOVER), que podem ser pesquisados por telefone e registrado em uma planilha apropriada, requerendo, posteriormente, a formalização da cotação de preços menor para ser integrada ao processo, exceto se a clínica já foi determinada na decisão liminar, e ainda, sempre com a existência de recursos orçamentários e financeiros para a realização da despesa.

Outrossim, os documentos necessários para a habilitação do proponente, exigidos pela Lei Federal n.º 8.666/93, deve ser também observado pela Administração, todavia, poderão ser dispensados, no todo ou em parte, sob critérios de juízo de conveniência e oportunidade do Poder Público, exceto aqueles de caráter obrigatórios. No entanto, se o caso apresentar situação de exclusividade ou que somente uma empresa especializada tem condições de realizar a internação e tratamento da paciente, em vista da determinação judicial, deverão também ser dispensados os documentos de cunho obrigatórios, pois a liminar judicial estabeleceu o exíguo prazo de 10 (dez) dias para cumprimento.

Por fim, examinada a Minuta do Contrato Administrativo, também encartada as fls. dos autos, devidamente rubricadas, verifica-se que estabelece com clareza e precisão as condições para a execução do contrato, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, como prescreve o § 1.º, do art. 54, da Lei das Licitações, bem como estão constantes todas as cláusulas necessárias elencadas nos incisos do art. 55, do mesmo diploma legal acima mencionado, razão pela qual entendo que a Minuta também guarda regularidade com o disposto na Lei Federal n.º 8.666/93, motivo pelo qual pode ser adotada.

Cumpra deixar frisado também, que a emissão das manifestações jurídicas, nesta peça, estão embasadas em tese aceitável e/ou alicerçadas em lição de doutrina e jurisprudência, que atende ao princípio da motivação e confere segurança jurídica aos Administradores Públicos na tomada das decisões de sua competência.

Entretanto, a Procuradoria Geral do Município responsabiliza-se tão somente pela interpretação dos documentos que lhe foram disponibilizados para sua análise e emissão do parecer. Caso a recomendação do jurídico não seja cumprida em sua totalidade, segundo entendimento da jurisprudência sobre o tema, a permanência das disposições repudiadas será de responsabilidade dos Administradores Públicos que anuíram com o ato.

Consigno ademais, que a presente análise diz respeito exclusivamente aos aspectos legais e formais da pretendida contratação, não abrangendo questões outras, tais como de ordem técnica, econômico-financeira, conveniência e oportunidade administrativa, eis que afeitas aos Secretários Municipais requisitantes e ao Chefe do Poder Executivo. Portanto, está excluída da análise deste parecer a verificação da compatibilidade dos preços fixados no ato de dispensa de licitação com os de mercado, já que estes são objeto de pesquisa e de valoração exclusiva do setor técnico competente da Municipalidade, e, o presente Parecer Jurídico é de caráter meramente opinativo, sem qualquer conteúdo decisório, haja vista a não configuração deste como ato administrativo.





MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO

P. M. JUÍNA
Fls. 63
Rub. <i>[assinatura]</i>

DIANTE DO EXPOSTO, uma vez verificada a legalidade e a regularidade da contratação de clínica especializada para internação e tratamento da paciente, NITSAS LORRAINE SOUZA CIESLIK, para cumprimento do Mandado Judicial, em caráter Liminar, referente aos autos do Processo Judicial n.º 1000568-77.2019.8.11.0025, em trâmite no Juizado Especial Civil e Criminal da Comarca de Juína-MT, consoante requisição e informações prestada pelo Comunicado Interno n.º 103/2019 - Coord. Compras, datado de 16 de Outubro de 2019, da Secretária Municipal de Saúde, já encartado as fls., dos autos, OPINO pela possibilidade da dispensa do procedimento licitatório neste caso, a luz da legislação em vigor, forte no artigo 24, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

É O PARECER QUE SUBMETO, *SUB CENSURA*, À CONSIDERAÇÃO DOS ILUSTRÍSSIMOS SENHORES SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO, DE SAÚDE, E, EM ÚLTIMA INSTÂNCIA, DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Juína-MT, 18 de outubro de 2019.

LUÍS FELIPE AVILA PRADO
OAB/MT n.º 7.910-A
Procurador Geral do Município
Portaria Municipal n.º 930/2017
Poder Executivo – Juína-MT